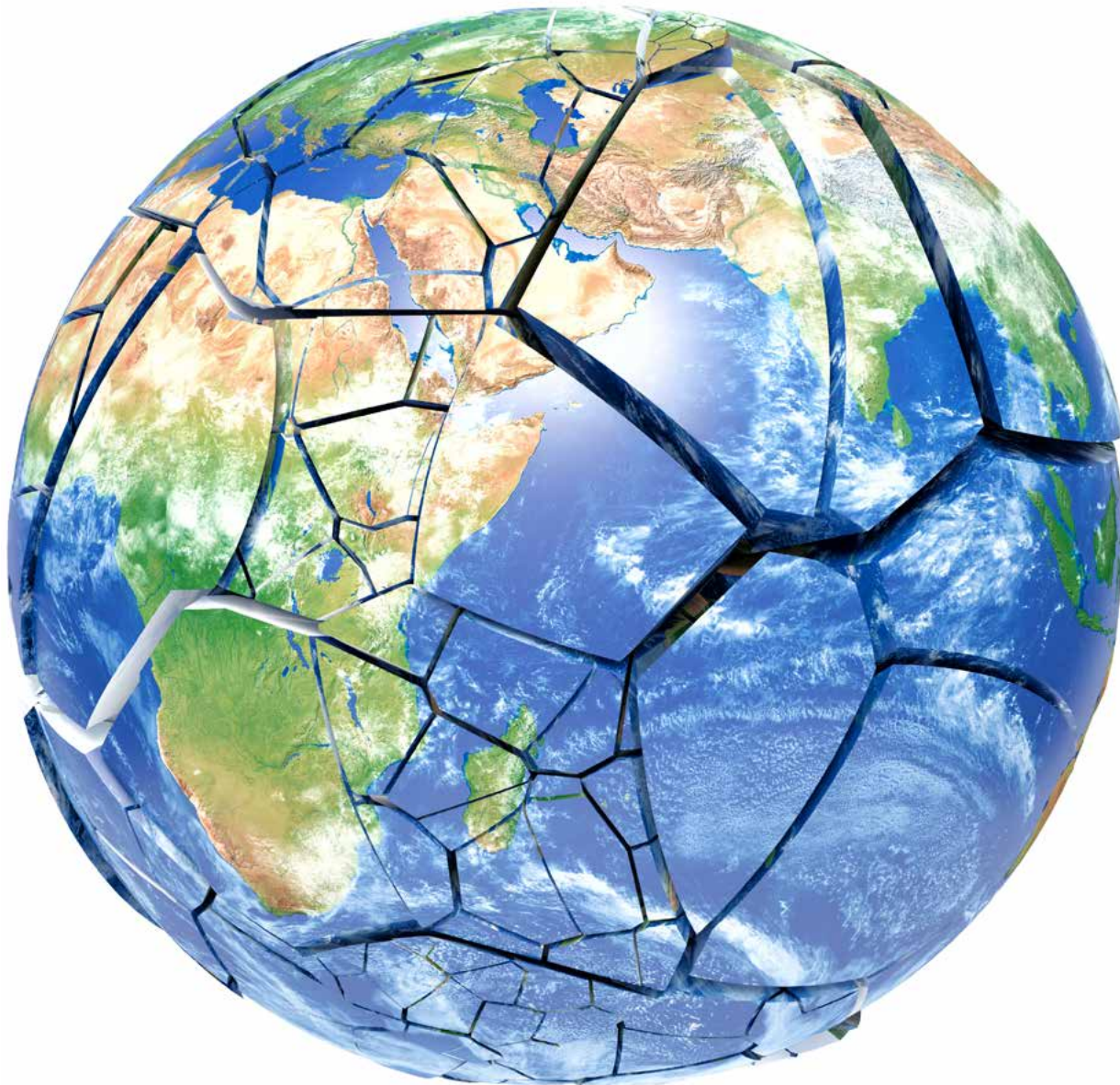


Desglobalização?

Plínio de Arruda Sampaio Jr., Flavio Miranda, Bruno De Conti, Marco Antonio Rocha, Isabela Nogueira, Carlos Serrano, Marta Skinner e Esther Majerowicz aprofundam o debate sobre a conturbada conjuntura econômica internacional, que combina inflação alta, baixo crescimento e desestruturação das cadeias globais de produção e comércio.



Desglobalização?

■ Esta edição discute a conturbada conjuntura econômica internacional e uma crise que se renova e abala certezas como o da globalização.

Plínio de Arruda Sampaio Jr., do Contrapoder, avalia que os efeitos acumulativos da crise econômica de 2008, pandemia e guerra na Ucrânia começam a reverter a integração liberal e ganha fôlego um processo de desglobalização. A segmentação do mercado mundial em blocos econômicos antagônicos inviabiliza a reconstituição do padrão dos anos de glória do neoliberalismo.

Flavio Miranda, do Niep-Marx, acredita que atravessamos uma crise estrutural de esgotamento da fase do modo de produção baseado no capital fictício, cujo caráter especulativo implica fragilidades expressa nas recorrentes crises. Não surge no horizonte a perspectiva de saída dessa longa depressão do capitalismo.

Bruno De Conti, da Unicamp, pondera que não devemos sobredimensionar as transformações no modo de organização da produção em escala global, nas primeiras décadas do século XXI. Não há capitalismo desglobalizado.

Marco Antonio Rocha, do Neit-IE/Unicamp, ressalta que a pandemia e guerra fortaleceram tendências como a integração regional das cadeias produtivas. O panorama para os próximos anos parece com tudo, menos com a ode à globalização dos anos 1990 e começo dos anos 2000.

Isabela Nogueira, do IE/UFRJ, destaca que, após as sanções impostas pelos EUA à Rússia, os países dos Brics e do Sul Global ganharam um renovado impulso no seu velho desejo de consolidar alternativas ao dólar.

Carlos Serrano, do LEHC/UFRJ, critica os analistas que atribuem a crise atual a acontecimentos fortuitos, como a guerra e pandemia. Estamos numa crise de longa duração do capitalismo, que os EUA, potência decadente, tendem a agravar.

Marta Skinner, do IE/UFRJ, defende que está em curso um questionamento dos alicerces da ordem neoliberal, anunciando a morte da globalização e a chegada de uma era protecionista e nacionalista, numa reação ao movimento internacionalizante liderado pelos EUA a partir dos anos 70.

Esther Majerowicz, da UFRN, detalha como a cadeia produtiva da indústria de semicondutores – estratégica para a economia mundial e alvo da disputa tecnológica entre EUA e China – é controlada pelo EUA e seus aliados. Taiwan responde por 92% da capacidade produtiva de ponta mundial.

Sumário

Desglobalização?	
Guerra, estagflação e desglobalização.....	3
Plínio de Arruda Sampaio Júnior	
Desglobalização?	
A crise estrutural do capitalismo contemporâneo.....	5
Flavio Miranda	
Desglobalização?	
Capitalismo desglobalizado?	8
Bruno De Conti	
Desglobalização?	
O mundo que nos espera.....	10
Marco Antonio Rocha	
Desglobalização?	
Brics e a Nova Ordem Internacional.....	12
Isabela Nogueira	
Desglobalização?	
Não é a pandemia ou a guerra: “é a economia, estúpido!”	14
Carlos Serrano	
Desglobalização?	
Venceremos o Neoliberalismo?	16
Marta Skinner	
Desglobalização?	
Cadeias produtivas globais no pós-Covid: o caso da indústria de semicondutores	18
Esther Majerowicz	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixa livre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Antonio Melki Júnior, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023) Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira, Antonio Jose Alves Junior.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Guerra, estagflação e desglobalização

Plínio de Arruda Sampaio Júnior*

■ A intervenção da Rússia na Ucrânia sepultou qualquer ilusão de que, com a diminuição da taxa de letalidade do coronavírus, a economia mundial pudesse retomar uma trajetória de expansão relativamente estável. As consequências econômicas da guerra acirraram as contradições que comprometem o funcionamento da ordem global. Coloca-se no horizonte um período de baixo crescimento, inflação elevada e crescente instabilidade financeira.

O impacto negativo da guerra sobre a taxa de lucro e sobre o comércio internacional deprimiu os investimentos. A tendência recessiva foi reforçada pela política sanitária de *lockdown* do governo chinês e pela reversão da política monetária expansionista das economias centrais. Como consequência, as estimativas de expansão da produção mundial e do comércio internacional foram substancialmente rebaixadas.¹ A previsão dos organismos internacionais é que o crescimento da produção mundial em 2022 fique abaixo da média do período posterior à grande crise de 2008. Para 2023, são crescentes os temores dos analistas de mercado de que os Estados Unidos e a União Europeia entrarão em recessão.

A perda de dinamismo veio acompanhada de inusitada pressão inflacionária. Ao acentuar os desequilíbrios entre oferta e demanda numa série de mercadorias estratégicas para o funcionamento da economia global – como produtos energéticos, componentes industriais essenciais, particularmente semicondutores, bem como insumos básicos e alimentos –, a guerra da Ucrânia deu novo ímpeto à elevação de preços que acompanhou o rebote do crescimento, após a forte retração da produção provocada pelas medidas de quarentena no primeiro momento da pandemia. Pelo segundo ano con-

secutivo, a inflação das economias centrais aproxima-se do patamar de dois dígitos, encerrando um ciclo de estabilização que já durava quase quatro décadas. A valorização do dólar, provocada pela fuga para a segurança diante das incertezas do cenário internacional, deve pressionar ainda mais os preços nas economias ocidentais.

Para além de seus efeitos negativos imediatos sobre o crescimento e a inflação, as consequências econômicas da guerra corrompem definitivamente os pilares da ordem global neoliberal. O confronto aberto entre as duas maiores potências nucleares do planeta, que subjaz como pano de fundo macabro da tragédia ucraniana, explicita as crescentes rivalidades provocadas pela contradição irreductível entre o caráter mundial das forças produtivas, o horizonte global da acumulação de capital e as bases nacionais de reprodução da relação capital-trabalho. Sem condições de contrabalançar a queda na taxa de lucro pela destruição de grandes massas de capitais anacrônicos e pela abertura de novas frentes de expansão do mercado mundial, a luta fratricida entre capitais velhos e capitais novos é levada às últimas consequências. A concorrência intercapitalista assume a forma de uma guerra de vida ou morte pela sobrevivência.

As draconianas sanções econômicas do Estado norte-americano contra a Rússia respondem não apenas aos interesses de seu complexo militar-industrial, energético e financeiro nos negócios da guerra. Por sua ousadia e largo alcance, o bloqueio comercial, a proibição de participação no sistema financeiro internacional e o congelamento das reservas cambiais impostos pelos Estados Unidos à Rússia representam um salto de qualidade na política neomercantilista inaugurada por Donald Trump. Impelidos pelos imperativos implacáveis da concorrência em tempos de crise, os grandes con-



glomerados econômicos e financeiros mobilizam seus Estados nacionais para fazer uma corrida desenfreada pelo controle dos mercados, das fontes de matérias-primas e dos espaços econômicos nacionais. Daí a oposição irreductível dos Estados Unidos à formação de um bloco euroasiático, liderado pela China e apoiado no poderio militar russo.

Os efeitos acumulativos da crise econômica de 2008, da pandemia de coronavírus e da guerra na Ucrânia começam a reverter a integração liberal dos circuitos comerciais, produtivos e financeiros que impulsionavam a globalização dos negócios. A luta desesperada pelas escassas oportunidades de negócios solapa as bases da ordem econômica internacional erigida sob os auspícios da *Pax Americana*, após a crise do sistema de Bretton Woods no início dos anos 1970. A crise do dólar como unidade de referência das relações multilaterais, a escalada do protecionismo, as incertezas que colocam em xeque as cadeias de valor e a acelerada corrosão da ordem econômica internacional são sintomas inequívocos de que ganha fôlego um processo de desglobalização. Sob os auspícios de medidas neomercantilistas, ganha ímpeto o movimento de fragmentação do sistema econômico mundial.

A decisão das autoridades econômicas dos Estados Unidos e da União Europeia de apertar a política monetária, invertendo anos de injeção de liquidez na economia,

não será capaz de restaurar o regime de estabilidade de preços da era de ouro da Grande Moderação. A inflação em curso não pode ser reduzida a um problema de excesso de demanda que seria resolvido com um freio de arrumação que, ao deprimir o mercado de trabalho, quebraria o ímpeto de elevação dos preços. Na verdade, os salários sequer têm conseguido perseguir os preços.²

Para além de desequilíbrios transitórios entre a demanda e a oferta, a inflação que corrói o poder de compra dos trabalhadores tem um caráter estrutural, condicionado por mudanças de grande envergadura na dinâmica de expansão do mercado mundial, na composição dos gastos das famílias, na organização das cadeias de valor em escala global, no comportamento do mercado de trabalho e nos custos de insumos energéticos estratégicos. A maior responsável pela aceleração inflacionária tem sido a total liberdade das grandes corporações para aumentar indiscriminadamente as margens de lucro como forma de compensar a redução da taxa de lucro provocada pela contração dos mercados e por aumentos nos custos de produção, logística e transporte.³ A desenfreada especulação comercial e financeira com *commodities* agrícolas – um efeito colateral da desregulamentação indiscriminada dos mercados – agrava a pressão inflacionária.

Dentro dos parâmetros da ordem, é cada vez mais estreito o raio de manobra das autoridades econômicas para administrar a crise de sobreacumulação de capital que se arrasta desde a grande crise de 2008. O expressivo crescimento da dívida pública, provocado pelas gigantescas transferências de renda a empresas e famílias durante a pandemia, restringe o espaço para políticas fiscais expansionistas, sobretudo numa situação de estagnação. A escalada da pobreza e das desigualdades sociais gera crescentes dificuldades políticas à adoção de medidas de austeridade fiscal destinadas à recomposição da sustentabilidade intertemporal da relação dívida/PIB. Após mais de uma década submetida à armadilha da liquidez, a política monetária também perde funcionalidade. Se a ruptura das expectativas infla-

cionárias pressiona as autoridades a abandonar a estratégia de expansão monetária e juros negativos, a presença de grandes corporações e economias nacionais sobre-envidadas, bem como a gigantesca massa de capital fictício, deixam o mercado financeiro internacional extraordinariamente vulnerável a crises sistêmicas provocadas por restrição monetária.

A ausência de coordenação das políticas econômicas entre as economias desenvolvidas agrava as dificuldades, provocando grandes flutuações nas taxas de câmbio das moedas e exacerbando a volatilidade dos movimentos de capitais internacionais. Nesse contexto, o apelo ao choque ortodoxo, baseado no arrocho salarial, na austeridade fiscal e no aperto monetário como meio de domar a inflação, só interessa às corporações com alto poderio financeiro e à plutocracia global, que procuram de maneira desesperada potencializar, a qualquer custo, sua taxa de exploração do trabalho e proteger suas riquezas dos efeitos corrosivos da inflação.

A crise da ordem global aprofunda-se. A segmentação do mercado mundial em blocos econômicos antagônicos inviabiliza a reconstituição do padrão de produção, distribuição e circulação dos anos de glória do neoliberalismo. A estagflação é um sintoma das dores de parto de uma nova ordem econômica internacional. Se as grandes economias de escala geradas pelo movimento de integração ao mercado mundial e a concorrência intercapitalista baseada na arbitragem salarial em escala global propiciaram um longo ciclo baixista de preços, processo que atingiu o clímax na integração da China e da Rússia na Organização Mundial do Comércio, é razoável esperar que o processo de fragmentação da ordem global desencadeará tendência inversa. O sistema capitalista mundial encontra-se em transição para uma nova fase, cujas duração e características serão definidas pelo desdobramento da crise capitalista, pelas mudanças no equilíbrio geopolítico internacional, pela gravidade da escalada da crise ambiental e, em última instância, pelo caráter da luta de classes.

Na ausência de uma solução alicerçada na luta dos trabalhadores, a política de administração da crise capitalista pela linha de menor resistência, priorizando a defesa do grande capital, materializada no aprofundamento das reformas neoliberais nos marcos de uma ordem econômica internacional de caráter neomercantilista, deve exacerbar a tendência recessiva que abala o funcionamento do sistema capitalista mundial, intensificar a instabilidade financeira, acirrar as rivalidades nacionais, agravar a crise ambiental e aprofundar a pobreza e as desigualdades sociais, tudo contribuindo para o acirramento das tendências xenóforas e reacionárias que abalam progressivamente as próprias bases da noção de *res publica* como um dos princípios organizadores do Estado burguês.

* É professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/Unicamp e editor do site *Contrapoder* – www.contrapoder.net.

1. As revisões sobre a expectativa de crescimento da economia mundial da OCDE, FMI, Banco Mundial e Unctad encontram-se sistematizadas no infográfico *War in Ukraine is Setting Back the Global Economy, Statistical* – <https://www.statista.com/chart/27699/global-gdp-growth-projections-for-2022-pre-and-post-war-outbreak/>. A Organização Mundial do Comércio, no cenário mais negativo, para o qual parece evoluir a conjuntura, prevê que o comércio internacional crescerá apenas 2,5% em 2022 – quase a metade da previsão anterior. WTO, *Russia-Ukraine conflict puts fragile global trade recovery at risk*, in: https://www.wto.org/english/news_e/pres22_e/pr902_e.htm
2. Sobre a relação entre inflação, salário e lucro, ver Michael Roberts, *Inflation: wages versus profits*, <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/05/09/inflation-wages-versus-profits/>
3. A relação entre inflação, salário e lucro é examinada em Joseph Stiglitz e Dean Baker, *Inflation: Dos and Don'ts*, 8 de julho de 2022, in: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/us-inflation-supply-side-causes-and-solutions-by-joseph-e-stiglitz-and-dean-baker-2022-07>.



A crise estrutural do capitalismo contemporâneo

Flavio Miranda*

■ A ciência econômica, por motivos que dizem respeito ao desenvolvimento do seu objeto de análise por excelência (o modo de produção capitalista) e o conseqüente acirramento de antagonismos que o constituem, há muito veste a roupagem sem brilho do pragmatismo. Isso significa que perguntas acerca da “natureza da riqueza das nações” (recordando a economia política de Adam Smith) ou das leis de funcionamento deste modo de produção (para ficarmos com a *Crítica* de Karl Marx) foram abandonadas, dando lugar a questões circunscritas à administração da ordem burguesa. Assim, em acalorados debates que, no entanto, não vão além das frias disputas por qual seria o melhor receituário de política econômica, é incontornável a ancoragem ao terreno das previsões. Afinal, como afirmava Milton Friedman, papa do neoliberalismo, os modelos matemáticos que assolam os debates sobre economia devem ser julgados quanto à capacidade de conferir previsibilidade aos efeitos de mudanças nas variáveis econômicas, justamente porque o papel da ciência é servir de guia para os que fazem política econômica.

Tal postura é momento-chave tanto da liturgia ortodoxa, de direita (se preferirem), como das formulações que animam aqueles que pontificam nas hostes ditas heterodoxas, incluindo os corajosamente posicionados à esquerda, isto é, a favor de políticas econômicas promotoras de “bem-estar social”, redistribuição progressiva da renda etc. Dito isto, propomos aqui uma leitura distinta.

Se temos de enfrentar de maneira séria as questões mais candentes para a existência humana hoje e nas próximas décadas (suficiente

mencionar a fome que desgraçadamente assola as parcelas crescentes da população mundial e as perspectivas catastróficas para a natureza), se devemos endereçar adequadamente o tema das possibilidades da emancipação com relação às formas de dominação social e toda sorte de opressões (de classe, de raça, de gênero etc.), urge retomar aquelas perguntas há muito abandonadas pela cientificidade reinante. Ademais, longe de diminuir a inegável importância do debate sobre as alternativas para a política econômica, dados seus impactos (em certos casos imediatos) sobre a vida das pessoas, constitui-se desta forma, muito pelo contrário, o único meio possível para julgar adequadamente a viabilidade e as condições concretas para a implementação das tábuas de salvação ofertadas pelos economistas.

Em suma, cabe mergulhar na pesquisa sobre as condições gerais para o processo de acumulação de capital hoje, cabe descer ao terreno pantanoso das disputas políticas a partir das quais tais condições têm de se afirmar (o que, por si, tem impacto direto, potencialmente transformador, sobre essas mesmas condições). A necessidade premente da definição de uma linha política adequada, do ponto de vista da classe trabalhadora, depende menos do que se pode conjecturar sobre o futuro e mais, muito mais, da compreensão sobre como chegamos ao estado atual de coisas. Saímos, então, da repetição monotônica que comprime o pensamento dominante, para buscar pouco no conflituoso terreno da História.

Ainda que no espaço destas páginas não caiba uma demonstração pormenorizada das teses que propomos, parece-nos seguro partir da seguinte afirmação: estamos atravessando uma crise estrutural do capitalismo.





Antes de mais nada, cabe aqui uma importante esclarecimento terminológica. Não queremos dizer com isso que se trata (necessariamente) de uma crise terminal, mas de uma crise que evidencia o esgotamento de uma fase do modo de produção capitalista indicando, portanto, que uma retomada sustentada do processo de acumulação de capital deve envolver mudanças estruturais profundas. Tal análise que, percebe-se, contém elementos prospectivos, precisa ser fundamentada.

Como se sabe, o fim da Segunda Guerra Mundial inaugurou uma fase do capitalismo mundial caracterizada por aguda internacionalização, concentração e centralização do capital. O projeto expansivo articulado sob a hegemonia estadunidense encontrou terreno fértil para acumulação de capital, facilitado pelas condições geopolíticas de então, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas que se havia alcançado (pense-se, por exemplo, na disseminação do uso de automóveis e nos processos de urbanização e eletrificação) e pelo contínuo esforço de contenção dos movimentos dos trabalhadores ao redor do mundo (sindicais, anticoloniais, reformistas, revolucionários etc.) – uma excelente discussão sobre essas determinações pode ser encontrada, por exemplo, em *The*

making of global capitalism, de Leo Panitch e Sam Gindim. Essa formatação alcançada a partir da necessária fuga da sobreacumulação de capital, tal qual manifesta na Grande Depressão dos anos 1930, foi cortada por momentos de intenso crescimento econômico, mas caminhava decididamente para seu outono à medida mesma em que avançava.

O aprofundamento da internacionalização do capital implicou um aumento da concorrência de forma tal que não apenas levou à redução na lucratividade como, pela deterioração dos resultados comerciais estadunidenses e em meio a uma verdadeira explosão da acumulação de capital nas formas financeiras em mercados *offshore*, colocava em xeque o padrão monetário estabelecido em Bretton Woods e, sem dúvidas, representava uma ameaça para a afirmação da hegemonia do país na economia mundial. Em meio à decorrente crise econômica, abriu-se (desde o final dos anos 1960) um período de transformações profundas nas condições estruturais para o processo de acumulação de capital, cujas linhas gerais podem ser hoje discernidas (isto é, apenas do ponto de vista de seus resultados ou, como gostava de referir-se Marx, *post festum*).

A inauguração de um novo regime monetário (com o abandono do lastro em ouro para

o dólar), a abertura financeira que se propaga dos Estados Unidos para o resto do mundo, o ataque decidido à classe trabalhadora e à provisão de serviços públicos, entre outros desenvolvimentos, tanto reafirmam, sob novo formato, a hegemonia estadunidense, quanto consolidam um novo arcabouço geral para o processo de acumulação de capital em escala global. A consolidação dessas transformações verdadeiramente estruturais teve no “choque dos juros”, promovido pela presidência Paul Volcker do *Federal Reserve Bank*, um momento fundamental. Como já se discutia entre intelectuais orgânicos do *establishment* desde o final dos anos 1960 (veja-se, por exemplo, Charles Kindleberger), percebeu-se que os Estados Unidos não precisavam de saldos comerciais positivos, conquanto fossem capazes de sugar capital do resto do mundo (posição que se mantém até hoje).

Esse novo arcabouço para a acumulação de capital como um todo tem na expansão da lógica do capital fictício um de seus momentos mais marcantes. Tal fenômeno, que corresponde às necessidades postas pela fuga da sobreacumulação de capital àquela altura (isto é, na forma dada pelas contradições iminentes ao capitalismo do segundo pós-guerra, expressas na sua crise), teve de ser edifica-

do por intensas movimentações políticas que alteraram profundamente o aparato regulatório das atividades financeiras (como se poderia esperar, as transformações nas instituições estadunidenses foram modelares).

Isso fez com que se consagrasse em parte da literatura econômica heterodoxa a ideia de que a “desregulamentação financeira” estaria na origem dos desequilíbrios que marcam o capitalismo contemporâneo. Essa formulação conduz a enganos. Tanto porque, na prática, as instituições regulatórias das atividades financeiras têm hoje capacidade de vigilância e intervenção inauditas (algo absolutamente necessário, dado o potencial disruptivo da lógica do capital fictício – sobre o qual falaremos a seguir), como demonstra a pesquisa de David Sarai sobre o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (ver, por exemplo, *US structural power and the internationalization of the US Treasury*). Quanto porque carrega a ilusão de que bastaria um novo aparato regulatório para que fossem resolvidos os impasses do capitalismo contemporâneo (a fé em medidas administrativas é até onde pode chegar o pretensamente crítico pragmatismo heterodoxo).

Na realidade, contudo, as condições que estruturam o capitalismo contemporâneo não resultaram da livre escolha de burocratas de Estado, mas, repetimos, dos impasses postos pela forma como as contradições da fase anterior do capitalismo explodiram em uma crise de tipo estrutural. Não custa lembrar uma vez mais o velho Marx: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita (...)”.

O capital fictício passa, então, a constituir não apenas um lugar de escape para o capital sobreacumulado, como um motor para a acumulação de capital como um todo. Passado o doloroso parto da constituição, em nível global, das condições típicas do capitalismo contemporâneo, pode-se perceber fases de expansão econômicas (ainda que fracas e curtas) puxadas pela lógica do capital fictício, seja, por exemplo, pelo impulso ao investimento de companhias de alta tecnologia (como no final dos anos 1990), seja

pelo consumo com base em endividamento, elemento-chave para se pensar o *boom* da economia chinesa.

Assim, a crise anterior soluciona-se pelo aprofundamento da contradição que está no cerne de todas as crises econômicas. Isto é, produz-se mais-valor em escala decrescente com relação ao volume do capital acumulado, tanto mais porque apoia-se decisivamente sobre a expansão de uma espécie de capital que se desprende quase absolutamente da produção do mais-valor. Trata-se do aumento de complexidade da contradição entre as condições da produção e apropriação da riqueza. Por exemplo, a explosão das promessas sobre o mais-valor produzido representadas pelo capital fictício dependem do compromisso do Estado com a constituição de um porto seguro para o capital fugidivo, o que engendra uma administração austera da política econômica que deprime as possibilidades da produção do mais-valor. Isso responde pelo que os economistas chamam de dinâmica *stop and go* do crescimento econômico ao longo do período.

O caráter puramente especulativo da lógica do capital fictício implica enorme fragilidade, que se expressa nas recorrentes crises com origem na esfera financeira durante todo o período. Se, passadas essas crises, a retomada da expansão financeira conseguiu animar rodadas de crescimento econômico, ao que tudo indica esse débil motor para acumulação de capital como um todo parou de vez de funcionar, a partir da crise de 2008.

Desde então não se observa uma retomada consistente e minimamente sustentada da economia mundial. Pelo contrário, a crise sucede-se em novas fases (a aberta pelo colapso da dívida soberana na periferia europeia e, mais recentemente, aquela que já há algum tempo se anunciava, mas que acabou por precipitar-se com a pandemia da Covid-19). O crescimento chinês desacelera consistentemente, denotando o esgotamento do caráter funcional do “circuito deficitário” estadunidense – como se referem Maurílio Botelho e Marcos Barreira em seus instigantes trabalhos – (ou, em termos mais gerais, da lógica do capital fictício) para a expansão da produção. No entanto, não

surge no horizonte a perspectiva de saída dessa autêntica longa depressão do capitalismo. Na verdade, um novo abalo de proporções sísmicas parece sempre à espreita, como não cansam de alertar os próprios economistas do mercado.

Nesses últimos anos, o que se tem visto é um reforço dessas tendências constitutivas do capitalismo contemporâneo. Seu caráter disruptivo cobra um alto preço em mais ataques aos serviços públicos e ao meio ambiente (no esforço para abrir espaço para aplicação do capital sobreacumulado), mais avanços sobre direitos trabalhistas (tendo em vista a necessidade de se expandir a extração de mais-valor), mais austeridade nos gastos dos governos com tudo que não corresponda a transferência direta ao capital ou a momento auxiliar da acumulação (a despeito de ensaios circunstanciais de keynesianismo em virtude da pandemia). Tudo isso em um contexto de uma escalada nas disputas interimperialistas, que desorganiza ainda mais a já anárquica produção capitalista, recrudescendo a inflação, reforçando a opção pelo aperto monetário que, ademais, reafirma o necessário compromisso dos Estados com a lógica do capital fictício.

Desta forma, sobre o futuro próximo, pode-se dizer com segurança que a destruição promovida pelo capital seguirá avançando. Uma condição, digamos, existencial do ponto de vista do próprio capital. Isso se a classe trabalhadora e os movimentos populares não se articularem em um novo ascenso organizativo na luta pelas condições imediatas de vida das pessoas e, no limite, pela existência da própria humanidade. Ou seja, parafraseando o megainvestidor Warren Buffett, se a burguesia não continuar lutando sozinha, e vencendo, a luta de classes.

* É professor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Niep-Marx.





Capitalismo desglobalizado?

Bruno De Conti*

■ Para as gerações futuras, será extremamente interessante estudar o período que estamos vivendo. O duro é vivê-lo. Esses analistas, olhando em retrospectiva, poderão identificar com mais clareza as grandes transformações que terão se efetivado na economia mundial ao longo destas primeiras décadas do século XXI, distinguindo-as dos traços gerais de continuidade. Para nós, no olho do furacão, são compreensíveis – e inevitáveis – as dificuldades para fazer esse discernimento. Não por acaso, as polêmicas se multiplicam.

Uma dessas polêmicas diz respeito à possibilidade de estarmos vivendo um processo de “desglobalização”. Essa percepção surgiu a partir dos efeitos da crise financeira global, eclodida em 2007-8 e que, dentre outros efeitos, promoveu uma desaceleração do comércio mundial. Ao contrário do verificado nas décadas anteriores, a partir de então o comércio global passou a crescer a taxas menores do que o PIB global, sugerindo um processo de arrefecimento da integração econômica entre os países.

Um segundo argumento na direção dessa pretensa desglobalização adveio da significativa mudança no posicionamento da potência hegemônica em relação ao comércio internacional. Outrora os grandes advogados do livre comércio, durante o governo de Donald Trump os Estados Unidos assumem ironicamente uma posição de críticos dos efeitos da globalização sobre a sua economia. Entre bravatas e *tweets*, mas também ações concretas, o presidente estadunidense iniciou uma guerra comercial com a China com impacto sobre os fluxos comerciais entre as duas maiores economias do planeta.

Na sequência, a pandemia de Covid-19 revelou com clareza o que ocorre quando as cadeias globais de valor saem do trilho. Pa-

ra além dos impactos profundos sobre o dinamismo econômico global, as fraturas nessas cadeias puseram a nu sérios problemas de soberania nacional. Se um esforço mínimo de reconversão industrial pôde suprir a carência de seringas para a vacinação em massa, com os semicondutores o problema é mais complexo. Como resultado, foram retomados discursos considerados por muitos como obsoletos, relativos à necessidade de autossuficiência. Assim, em um momento em que a humanidade padece de um mal que é por definição global – uma pandemia –, assistimos paradoxalmente ao recrudescimento das políticas nacionalistas.

Por fim, atravessando esses momentos supracitados todos, mas com ênfase crescente, há a defesa da priorização da produção local por motivos ecológicos, já que o transporte de mercadorias pelo globo é altamente poluente. Particularmente forte na Europa, essa argumentação leva até mesmo a que em alguns supermercados se indique os artigos produzidos “em um raio de até 100 km de distância” do local da compra.

Assim, se na transição do século os discursos dominantes eram desenhados para mostrar os benefícios irrestritos da globalização, chegamos hoje a um quadro distinto, no qual os males desse processo são amplamente discutidos. Como fica claro pelo exposto acima, os motivos por trás dessa argumentação são bastante diversos, servindo de substrato para discursos muito variados, da extrema esquerda à extrema direita.

Ora, se as evidências acima sugerem que efetivamente caminhamos para um processo de desglobalização, é preciso olhar também – e atentamente – para os sinais que indicam o contrário. Para tanto, são necessárias reflexões que transcendam a conjuntura, vislumbrando a história do capitalismo; e, ao fazê-lo, que contemplem alguns elementos essenciais do modo de funcionamento do sistema capitalista.



Muitos autores usam esse rótulo de globalização para caracterizar a etapa histórica que emerge a partir dos anos 1980-90, com a abertura dos mercados mundo afora. De fato, é inquestionável que essas últimas décadas do século XX marcaram um aprofundamento das relações econômicas internacionais, seja pelo desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, seja – o que é indiscutivelmente mais importante – pelas opções políticas que orientaram esse processo de abertura.

No entanto, esse aprisionamento do conceito pode mascarar uma evidência irrefutável: a história do capitalismo é completamente imbricada a uma mudança radical na forma de integração das distintas partes do globo. Do ponto de vista quantitativo, é com o capitalismo que explodem os fluxos internacionais de comércio e de capital. Do ponto de vista qualitativo, é com o capitalismo que se configura a divisão internacional do trabalho, com a constituição de um centro e de uma periferia ao mesmo tempo dependente do centro, mas absolutamente funcional à sua dinâmica de acumulação. Se a discussão sobre o “socialismo em um só país” foi acalorada e controversa, em relação ao capitalismo ela sequer poderia existir, pois trata-se de um sistema que se ergueu integrando – assimetricamente – o globo.

Isso não significa, é claro, que não tenha havido momentos de aprofundamento e arrefecimento dessa integração. O caótico período do entreguerras, por exemplo, foi marcado por elevado protecionismo e por um sistema monetário disfuncional às transações internacionais. O período de Bretton Woods significou um breve interregno em que os fluxos financeiros internacionais foram controlados, a despeito da retomada do comércio internacional e de um aumento progressivo dos investimentos diretos estrangeiros. O que importa, portanto, é que, ainda que temporariamente travancado por qualquer tipo de regulação, o movimento intrínseco do capital é, inequivocamente, extroversivo.

Afinal de contas, o que move o sistema capitalista é a busca do capital por valorizar-se – de forma incessante, ilimitada, inesgotável. E essa necessidade imanente do capital por

valorizar-se ilimitadamente se manifesta no plano concreto pela busca que historicamente verificamos por novos mercados, por fontes de matéria-prima ou mão de obra barata, por agentes sedentos por crédito e assim por diante. Nem o mais forte (ou interventor) dos Estados Nacionais será capaz de congelar esse ímpeto extroversivo do capital de maneira significativa, ampla e duradoura sem ferir a própria essência do sistema.

De fato, ao mesmo tempo em que vemos os sinais supracitados de uma pretensa desglobalização no que concerne ao comércio, vemos movimentos de aprofundamento da globalização em outras frentes.

Por exemplo, a integração das finanças globais segue seu ritmo. A exacerbação das incertezas causada pelo contexto pandêmico causou um *sudden stop* que não durou mais do que alguns poucos meses, mas logo o capital internacional seguiu sua sanha de busca por rentabilidade em praças periféricas – onde os ganhos são potencialmente mais elevados. Mais do que isso, já é tema de estudos por parte de analistas e instituições multilaterais o avanço dos investimentos de portfólio em novas paragens, sobretudo na África e Ásia. Em outras palavras, não há nenhuma espécie de recuo no mapa da dita globalização financeira, mas, ao con-

trário, as fronteiras estão sendo empurradas.

No campo dos serviços, o processo de digitalização – assustadoramente aprofundado pela pandemia – permite agora a exportação de atividades que há pouco tempo eram considerados como *non-tradeables*, como por exemplo nas áreas de educação e saúde. Como resultado, as universidades de países periféricos enfrentarão cada vez mais a concorrência de universidades estadunidenses ou europeias, vendendo seus cursos remotos.

Em suma, se o contexto contemporâneo é de fato palco para transformações no modo de organização da produção em escala global – por exemplo, com o provável fortalecimento de cadeias regionais de valor –, não devemos sobredimensionar o processo. O *modus operandi* do capitalismo requer extroversão e a decorrente integração hierárquica entre os países. Para o bem ou para o mal, não há capitalismo desglobalizado. Trata-se de um sistema inerentemente global, com males globais, pródigo na geração de crises globais, e cuja superação deverá se dar também em escala global.

* É professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos e Conjuntura Econômica (Cecon) e do Centro de Estudos Brasil-China (CEBC) da Unicamp.





O mundo que nos espera

Marco Antonio Rocha*

■ Mesmo para aqueles mais familiarizados com a história econômica do último século, a conjuntura econômica atual surpreende pela conjunção de fatores poucos usuais, para dizer o mínimo. A crise provocada pela Covid-19 afetou uma economia global que já passava por mudanças provenientes da crise de 2008, sendo seguida de um conflito armado de grande proporção no continente europeu. Se a pandemia já havia fortalecido tendências como uma maior atenção à integração regional das cadeias produtivas, às políticas de emprego e de requalificação da mão de obra e a ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação nas economias centrais, o conflito na Ucrânia consolida parte dessas tendências e fornece maior complexidade a esse cenário.

A desorganização das cadeias produtivas industriais e do comércio mundial de alimentos e o encarecimento do frete marítimo causados pela pandemia afetaram os custos operacionais, disseminando um cenário de pressão inflacionária antes mesmo do início do conflito na Ucrânia. O conflito, por fim, consolidou o cenário inflacionário, com a inflação na zona do euro para 2022 sendo projetada em cerca de 9%, variando consideravelmente entre os países da Europa, e tendo na energia e alimentos seu principal núcleo. Com o recente anúncio da suspensão do fornecimento de gás vindo da Rússia pelo *Nord Stream 1*, pode se confirmar um cenário de quase estagnação para este e o próximo ano para a Alemanha – com consequências para a economia europeia como um todo.

Em meio a essa conjuntura, a zona do euro tenta erguer políticas de modernização dos seus complexos industriais locais e ampliação de sua participação da produção de novas tecnologias – como o *Next Generation EU* – sendo acompanhadas também por alguns planos nacionais ambiciosos, como no caso alemão. Ainda que no curto prazo o ce-

nário de incerteza atual afete alguns desses planos, no médio prazo se torna um fator a mais para dar respaldo às tentativas de aumento da competitividade internacional dos países europeus e na busca por maior soberania produtiva e energética.

Talvez o que seja mais interessante na conjuntura internacional atual é que tanto no que se refere à ampliação dos gastos previstos em políticas científicas, tecnológicas e de inovação nas economias centrais, quanto em relação à generalização do cenário de incerteza com pressão inflacionária e baixo crescimento, essa conjuntura é consequência direta da estratégia de política externa do governo Biden. A disputa tecnológica com a China e as políticas voltadas a aumentar a competitividade da indústria dos Estados Unidos têm disseminado a corrida tecnológica entre as economias centrais, através da construção de planos de sofisticação dos sistemas industriais, lançando boa parte das economias industrializadas na disputa por ampliar os recursos e o escopo de suas políticas de competitividade.

Até o momento, a tentativa de isolar China e Rússia por parte dos Estados Unidos aparenta estar tendo o efeito justamente inverso, aproximando os dois países, assim como gerando uma maior aproximação dos dois países em relação aos produtores de petróleo do Oriente Médio e aumentando as incertezas sobre as economias da Europa e Ásia. Em suma, as diretrizes do atual governo dos Estados Unidos de garantir a vanguarda na fronteira tecnológica e isolar seus principais rivais estão gerando um cenário econômico de alta incerteza, pressão inflacionária, corrida tecnológica e expansão das políticas de fomento aos sistemas manufatureiros nacionais.

Nesse cenário que explicita a disputa hegemônica entre Estados Unidos e China, a China tem buscado ampliar suas alianças comerciais, como forma de garantir acesso a mercados através de uma vasta rede de parcerias para investimentos em logísti-



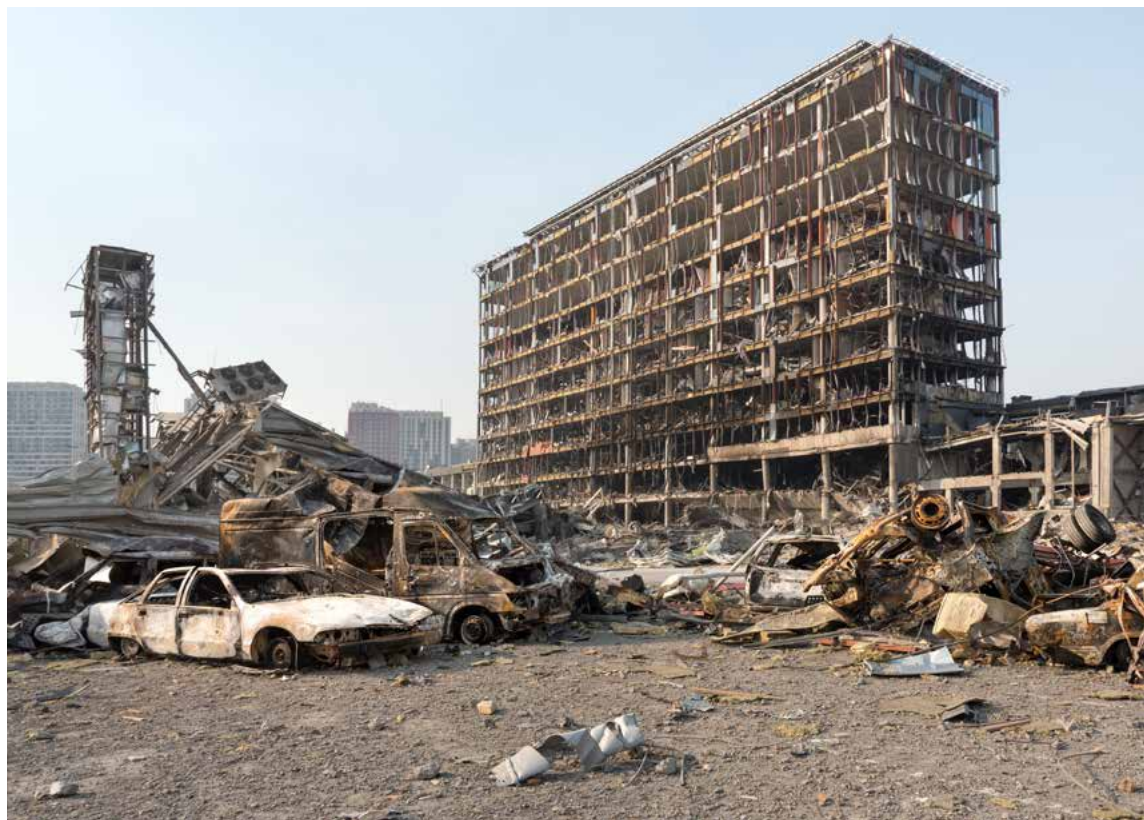
ca e modernização da infraestrutura – o *Belt and Road Initiative* – visando à criação de um corredor para o comércio bilateral entre China e seus parceiros. Os Estados Unidos, por sua vez, lançaram em conjunto com o G7 o *Build Back Better World* (B3W), como resposta aos investimentos chineses e na tentativa de consolidar também sua área de influência econômica e comercial.

A iniciativa dos Estados Unidos visa a ampliar a complementaridade comercial de sua economia com África, América Latina e a região do Indo-Pacífico através do fornecimento de recursos para investimentos em infraestrutura. Tanto no caso da iniciativa chinesa quanto no caso dos Estados Unidos, a aposta é na construção de uma rede global de infraestrutura integrada com sua estratégia comercial, consolidando grandes blocos comerciais.

O panorama para os próximos anos da economia global parece com tudo, menos com o universo da ode à globalização dos anos 1990 e começo dos anos 2000. A economia do pós-pandemia será marcada por alianças estratégicas, o possível ressurgimento da bipolarização e pela disputa tecnológica e comercial entre as economias centrais. Nessa conjuntura, a pergunta mais óbvia que se segue é: e o Brasil?

Assim como nos anos 1980, parece que mais uma vez somos pegos no contrapé das transformações na economia global. A indústria brasileira nunca esteve tão desprovida de lideranças empresariais razoáveis, encontra-se em sua menor participação no PIB, carece de investimentos significativos em infraestrutura e no seu sistema nacional de inovação para assimilar as novas tecnologias. Além disso, está há mais de meia década sem contar com uma diretriz geral norteadora de uma política de fomento e inovação e provavelmente acumula seu maior *gap* de competitividade em relação aos seus competidores mais diretos.

Para além da conjuntura interna de baixo crescimento e aumento da fome e da pobreza, o país enfrentará nos próximos anos – pelo menos para 2023 – um cenário de baixo crescimento da economia global e acirramento das pressões competitivas. No médio e longo prazos, a indústria global



deverá passar por mudanças significativas, com maior integração regional da produção, incorporação do novo paradigma tecnológico – a Quarta Revolução Industrial – e maior conexão entre produção e logística. As exigências ambientais deverão ter efeitos também nas tecnologias produtivas e na utilização dos insumos de produção energética, exigindo maior adaptação dos complexos industriais locais ao “imperativo verde”.

Feita essas considerações, pode-se perceber o imenso desafio que será colocado para os próximos anos. Enfrentar esse desafio exigirá uma diretriz realista para a inserção internacional da economia brasileira, o que significaria pelo menos a construção de uma estratégia nacional de complexificação de sua base produtiva, a recuperação dos investimentos em logística, assim como o aumento dos gastos em ciência, tecnologia e inovação.

Obviamente, todas essas diretrizes das políticas internas e externas das economias centrais precisam se concretizar no plano político, isto é, por enquanto são ainda meras iniciativas de construção de ações políticas. Porém, é impossível compatibilizar a

construção de uma trajetória exitosa de inserção internacional da economia brasileira nesse cenário com o atual regime fiscal. Não só pela sua incapacidade de criar um horizonte de planejamento para o longo prazo, como também pela inviabilidade de ampliar os recursos destinados aos investimentos em áreas fundamentais para recuperar a competitividade da economia brasileira.

Derrotar o liberalismo arcaico do atual governo é apenas o primeiro passo: a conjuntura exige mais ousadia. Avançar para a superação do regime macroeconômico dos anos 1990 e para a criação da capacidade de se colocar frente aos novos desafios da economia global será a tarefa para os próximos anos. Se temos a memória da nossa incapacidade de responder às transformações da economia global durante os anos 1980, temos também o exemplo histórico da década de 1930, quando o país, ainda que com suas limitações, soube construir seu caminho.

** É professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit-IE/Unicamp).*



Brics e a Nova Ordem Internacional

Isabela Nogueira*

■ Depois de um período de marasmo, os Brics enquanto agrupamento voltaram a ganhar força no cenário internacional. Há um ganho de importância geoeconômica do grupo depois da Guerra na Ucrânia, quando voltamos a assistir a um novo impulso nas agendas para construção de um mundo multipolar, que traga mudanças na estrutura de governança global.

O pano de fundo mais estrutural da nova importância dos Brics é o próprio processo de acirramento da disputa intercapitalista e entre grandes potências. Esse enfrentamento está movendo as placas tectônicas de um sistema internacional que enfrenta profundas crises, seja no âmbito político (com o espraio da extrema direita pelo mundo), socioeconômico (com desigualdades explosivas) e ambientais. Isso tudo em si já era um chamado para uma urgente reconfiguração dos instrumentos de governança global.

O que une os Brics pós-Guerra da Ucrânia?

Em primeiro lugar, a despeito de graus diferentes de rechaço à invasão militar russa, os países dos Brics se opõem ao isolamento da Rússia do sistema internacional. Coletivamente, os Brics têm sinalizado que o caminho para a paz não passa pela transformação da Rússia em pária do sistema internacional, ou pela criação de um novo “eixo do mal”. Isso ficou claro na votação da Assembleia Geral da ONU que decidiu pela suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos. Com 93 votos favoráveis, a suspensão foi efetivamente garantida, mas com abstenção de três países dos Brics (África do Sul, Brasil e Índia) e um voto contra (China).

Até mais importante, os governos dos Brics e de muitos países do Sul Global têm se colocado explicitamente contrários às sanções comerciais, legais, financeiras e tecnológicas que os Estados Unidos (acompanhados pelos seus aliados) têm imposto à Rússia. Os

efeitos das sanções estão sendo rapidamente sentidos nos países periféricos na forma de pressões energéticas e alimentares, e o capitalismo global não falha ao reservar não apenas às populações mais pobres da Rússia, mas também da África do Sul, do Brasil, da Índia e das periferias em geral, as consequências mais dramáticas das sanções ocidentais na forma de sofrimento e fome.

O mundo tem sentido o peso da chamada bomba-dólar¹, ainda que com uma força muito menor do que originalmente esperado. A revista *The Economist* escreveu recentemente que as “sanções não estão indo tão bem como se esperava”, e o PIB russo deve cair “apenas” 6% em 2022 segundo o FMI, e não 15% como se imaginou em março². De toda forma, o domínio do dólar sobre o sistema monetário internacional voltou a ter um efeito demonstração relevante, evidenciando seu poder destruidor contra oponentes e, ao mesmo tempo, poder coercitivo sobre terceiros países. O efeito global dessa vez é facilmente sentido dado o peso da Rússia no fornecimento de grãos e de energia, ao contrário de Irã, da Coreia do Norte ou Líbia, onde a mesma bomba-dólar foi usada. A experiência russa só aumenta os incentivos para que muitos países, incluindo os mais frágeis, com potenciais problemas de balanço de pagamentos, suscetíveis a pressões inflacionárias e a crises alimentares, busquem construir ou apoiar alternativas à hegemonia do dólar.

Apesar da pressão, a construção de alternativas ao sistema monetário atual é algo para o médio e longo prazos. Com a retirada de alguns bancos russos do Swift, o sistema de pagamentos bancários dominante no mundo, muita gente especulou que os russos poderiam simplesmente compensar com o uso do Cips (*Cross-Border Interbank Payment System*), criado pela China em 2015. O Cips, entretanto, apenas processa operações em renminbi, e só poderia impactar significativamente a economia russa se a moeda chinesa se tornasse realmente internacionalizada, o que





envolveria liberalização da conta de capitais da China, o que é uma decisão arriscada que não vai acontecer no curto prazo.

A cautela continua sendo grande porque os países sabem (China incluída) que podem sofrer sanções se desobedecerem ao embargo estadunidense. Segundo dados da alfândega chinesa, o comércio bilateral China-Rússia cresceu 29% nos sete primeiros meses de 2022, mas a maior parte veio das importações chinesas, que aumentaram 49%, enquanto as vendas chinesas para russos cresceram 5%, insuficientes para compensar a perda de fornecedores ocidentais³. De fato, a China tem conseguido ser, após a guerra, um porto seguro para a Rússia em alguns bens, especialmente por meio da compra de petróleo e grãos, nos quais as sanções estão entrando em vigor mais lentamente. Em maio, a Rússia tomou o lugar da Arábia Saudita e se tornou a principal fonte de fornecimento de petróleo para a China⁴.

Mas as firmas chinesas têm se declarado cautelosas nas vendas de bens de mais alta tecnologia, temendo serem incorporadas à lista de párias ocidentais e serem bloqueadas de mercados fora. Entre janeiro e maio, as exportações de chips chineses para a Rússia dobraram em valor, para US\$ 50 milhões, mas isso ainda representa cerca de 10% da demanda russa⁵. Pelo menos quatro empresas chinesas de tecnologia (Connec Electronic, King Pai Technology, Sinno Electronics e Winninc Electronic) e uma de logística (World Jetta) já entraram na chamada *Entity List* do Bureau de Indústria e Segurança do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e estão bloqueadas do comércio em outras partes do mundo.

O que a China quer dos Brics?

O agrupamento dos Brics é uma dessas arenas-chave para a China, juntamente com a Nova Rota da Seda, o AIIB (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura) e a Organização de Cooperação de Xangai, de construção de espaços comerciais, tecnológicos, monetários e geopolíticos alternativos e sem dominância dos Estados Unidos.

A China conhece na pele as sanções estadunidenses, e se refere a elas usando a expressão *qiǎ bózi*, que significa estrangulamento. A China está sendo estrangulada no seu desenvolvimento tecnológico pelo uso de sanções dos Estados Unidos desde 2019, quando a Huawei entrou na lista de párias e deixou de ter acesso a componentes-chave (semicondutores). Em 2021, as receitas da Huawei caíram 30% por conta das sanções. E em 2018, antes mesmo de ter entrado para a lista, a Huawei foi vítima coercitiva da bomba-dólar quando a CFO da empresa, Meng Wanzhou, filha do fundador, foi presa no Canadá sob acusação de ter furado o bloqueio e as sanções contra o Irã. Ela só foi liberada para voltar para casa em 2021, três anos depois.

De fato, a diversificação de parceiros chineses está ocorrendo, sem implicar (por enquanto) um *decoupling* dos Estados Unidos. As exportações da China para seus nove maiores destinos do Sul Global (Brasil, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia, México, Tailândia, Turquia, Vietnã, e tirando a Rússia nesse caso para evitar o efeito da guerra) dobraram nos últimos três anos. Saíram de US\$ 38 bilhões no mês de junho de 2019 para US\$ 69 bilhões em junho de 2022. As exportações chinesas para os Estados Unidos também se intensificaram, mas

num ritmo mais lento. Eram equivalentes a esses nove países do Sul Global em 2019, e saíram de US\$ 37 bilhões em junho de 2019 para US\$ 55 bilhões em junho de 2022. Ou seja, as exportações da China para seus principais parceiros do Sul Global, que eram equivalentes às exportações para os EUA em 2019, hoje superaram em US\$ 15 bilhões ao mês.

No caso específico dos Brics, a China está empenhada em ampliar o número de membros do agrupamento, no formato *Brics Plus* ou *Brics Outreach*. A Rússia também apoia esse movimento, que é observado com mais cautela pelos governos de Brasil e Índia. Na Cúpula de Xiamen, também na China, em 2017, foram cinco países convidados para o *Brics Outreach*. Neste ano, em Pequim, o número de convidados externos subiu para 13 países, e dessa turma pelo menos Argentina, Argélia, Egito e Irã já vocalizaram seus pedidos para ingresso permanente nos Brics no formato que o agrupamento vier a decidir.

Em resumo, não há dúvida de que a demonstração de força da bomba-dólar via sanções levanta um temor crescente de que os países fiquem expostos aos arbítrios do exercício incontestado do poder dos Estados Unidos. Os países dos Brics e do Sul Global ganharam um renovado impulso no seu velho desejo de consolidar alternativas de pagamentos, de reservas e de financiamento que não passem pelo dólar e pelas instituições consolidadas de governança. Mais do que nunca, o espaço de busca por alternativas cresce e dá alguns lampejos do que pode vir a ser uma nova ordem internacional após um longo período de intensas disputas.

* É professora do Instituto de Economia e coordenadora do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China), todos da UFRJ.

1 Ermani Torres, *A bomba dólar: sanções monetárias e desglobalização da Rússia*, Carta Capital, 25 de abril de 2022.

2 *Are Sanctions on Russia Working?*, The Economist, 25 de agosto de 2022.

3 *China-Russia trade rose 29% in Jan-Jul as nations maintain cooperation despite Western sanctions*, Global Times, 07 de agosto de 2022.

4 *Ukraine war: Russia becomes China's biggest oil supplier*, BBC News, 20 de junho de 2022.

5 *Chinese firms are selling Russia goods its military needs to keep fighting in Ukraine*, Wall Street Journal, 15 de julho de 2022.



Não é a pandemia ou a guerra: “é a economia, estúpido!”

Carlos Serrano*

■ Dizia Anatole France que “a ignorância é a condição necessária da felicidade dos homens, e é preciso reconhecer que as mais das vezes a satisfazem bem”. A frase é um pouco agressiva, mas espelha um fato real. Contudo, o mais surpreendente não são os felizes ou otimistas ignorantes, pois quando não há base de análise, a substituímos naturalmente pelo nosso instinto de esperança. O que é surpreendente são analistas sérios, com formação, mas que encontram razões para o otimismo, mesmo indireto. Explico-me: apontar a culpa da crise de longa duração em que estamos empantanados em acontecimentos que seriam fortuitos e, possivelmente – o que não é muito certo em relação à guerra – irrepetíveis no curto prazo, não é prova de ignorância, mas de embotamento ideológico.

Não podemos escapar de repetir a frase criada pelo chefe de campanha de Bill Clinton em 1992, James Carville: “é a economia, estúpido!”. Mais precisamente diríamos: “é o capitalismo, estúpido!”. Em uma breve análise da dinâmica econômica nos últimos anos, veremos que algumas tendências que estão a ser apontadas como resultados da pandemia ou da guerra já vinham se afirmando. Olhando para a Europa veremos que a partir dos dados do Eurostat, os preços dos alimentos já vinham subindo e, em dezembro de 2019, em 32 países analisados, apenas a Irlanda tinha visto uma redução em comparação ao ano de 2015 (tomado como referência). E se, obviamente, a pandemia teve um efeito brutal na queda do PIB em 2020 na União Europeia (decréscimo de 6%), ao travar as atividades econômicas, rompendo cadeias

produtivas internacionais, seguido por uma natural recuperação, se olharmos com uma perspectiva mais longa veremos que o quadro é sombrio. Observando pelos dados do Banco Mundial para a CEE e depois UE: entre 1971-1980, tivemos três anos com crescimento superior aos 4% (1972, 4,8%; 1973, 6%; 1976, 4,9%); entre 1981-1990, apenas um ano (1988, 4,2%); em 1991-2000, 2001-2010 e 2011-2020 não tivemos nenhum, apenas um que se aproximou, 2004 (3,9%). Houve crescimento em 2021, distorcido pela conjuntura e anômalo à tendência, de 5,4%. A situação estadunidense foi um pouco melhor, mas a tendência é a mesma: acima de 4%, entre 1971-1980, houve 5 anos (1972, 5,3%; 1973, 5,6%; 1976, 5,4%; 1977, 4,6%; e 1978, 5,5%); entre 1981-1990, quatro anos, sendo que em dois anos foi por muito pouco, 1985 e 1988 (ambos com 4,2%), sendo maior em 1983 (4,6%) e 1984 (7,2%); entre 1991-2000, houve apenas 4 anos acima dos 4% (1997, 4,4%; 1998, 4,5%; 1999, 4,8%; 2000, 4,1%) e um ano que ficou pelos 4% (1994); e entre 2001-2010 e 2011-2020, também não houve nenhum, havendo o crescimento anômalo de 2021 (5,7%).

Mesmo o nível de crescimento entre os períodos é tendencialmente menor. Na UE, a média de crescimento entre 1971-1980 foi de 3,36%; entre 1981-1990, de 2,42%; entre 1991-2000, foi de 2,33%; entre 2001-2010, foi de 1,39%; entre 2011-2020, foi de 0,78%, mas isto é distorcido pelo auge da pandemia em 2020, que se for excluído, mantendo apenas os anos de 2011 a 2019, o crescimento foi, ainda assim, de apenas 1,53%. Nos EUA, entre 1971-1980, o crescimento foi de 3,19%; entre 1981-1990, de 3,35%; 1991-2000, 3,45%; entre 2001-2010, de 1,79%; entre 2011 e 2020, 1,64%, e excluindo-se pe-





la mesma razão que antes 2020, foi de 2,2%.

Os períodos utilizados não correspondem exatamente aos ciclos de Kondratiev, mas o importante notar é que pode se perceber que a cada ciclo destes a evolução das fases expansivas e fases recessivas demonstra que as primeiras tendem a ser cada vez menos espetaculares e as recessivas mais profundas.

Esta evolução é profundamente contraditória, como aponta Carlos Eduardo Martins (2009, p.8), sobre o ciclo expansivo de Kondratiev iniciado em 1994 e que, em nossa opinião, está a se esgotar neste momento: “Tanto a mundialização da revolução científico-técnica quanto a crise de hegemonia dos Estados Unidos atuam no sentido de deprimir a taxa de lucro, mas este processo é contido pelo ciclo expansivo de Kondratiev que se inicia em 1994. Este ciclo de expansão restabelece os altos níveis da taxa de lucro e da taxa de crescimento *per capita* na economia mundial, mas sofre os efeitos desses processos mais longos: a taxa de crescimento *per capita* fica abaixo do período dos anos dourados, entre 1950-73, e da potencialidade tecnológica atual; o eixo geopolítico do crescimento da economia mundial se desloca para o Leste Asiático e a

taxa de lucro se recupera com dificuldade, dependendo da difusão da superexploração do trabalho da periferia para os centros decadentes, onde se situa por debaixo dos níveis do pós-guerra”.

E aqui estão alguns desafios à retomada do crescimento econômico, que vão muito além da ruptura das cadeias produtivas globais pela pandemia e do fornecimento dos cereais e hidrocarbonetos devido à guerra na Ucrânia.

Contudo, um elemento negligenciado pelas análises que reduzem a crise aos fenômenos conjunturais é, precisamente, considerar estes como exógenos à dinâmica da reprodução do capital. De fato, todos eles são expressões epifenomênicas do sistema econômico capitalista. Expressões exacerbadas, concentradas e aceleradas da principal contradição deste modo de produção, iniciada com a Científico-Técnica no pós-Segunda Guerra Mundial: entre o surgimento de forças produtivas socializantes em contradição antagônica com as crescentes amarras impostas por relações de produção cada vez mais privadas. Isto enquanto a contradição que existia desde o princípio

do sistema, interior às relações de produção, entre capital e trabalho esbate-se, devido à vitória ideológica do capital.

Esta contradição impõe uma queda tendencial da taxa de lucro com a ampliação da composição orgânica do capital. Isto impõe uma estratégia do capital de destruição das forças produtivas e acumulação primitiva do capital, ampliando as forças destrutivas: aqui se encontra a predação da natureza – razão central das secas, incêndios, chuvas torrenciais etc., bem como da destruição da floresta, esta que aumentará permanentemente a chance de novas pandemias; a política de destruição planejada do Estado, incluindo dos serviços públicos de saúde, com a intenção de criar novas possibilidades de investimento e espoliação, que colabora também para as pandemias; a ampliação e generalização da superexploração do trabalho; a destruição mais desordenada pela guerra, que permite forte acúmulo de riqueza pela indústria bélica, ainda que, pelo atual estágio tecnológico, haja uma baixa do efeito multiplicador do emprego.

A escalada de crises militares, como entre Ucrânia e Rússia, e as tensões crescentes na província chinesa de Taiwan, entre Grécia e Turquia e Sérvia e Kosovo expressam a crise do sistema internacional interestatal construído a partir de 1945, e que reflete a decadência estadunidense. Aqui não há coincidência também – é o fim de mais um ciclo hegemônico, mas com um agravante a atuar sobre a dinâmica capitalista: a alternativa de potência hegemônica é um Estado em transição ao socialismo, a China. Ora, se uma nova potência seria necessária para relançar durante um tempo uma ofensiva para minorar a crise capitalista, encontramos uma dificuldade inescapável para isso, e teremos de conviver com uma potência em decadência, e que em seu desespero tende a agravar, não a solucionar, todos as outras expressões da crise capitalista: guerras, crise ambiental e sanitária, crise econômica etc.

O futuro não augura nada de bom para o mundo.

* É pesquisador do LEHC/UFRJ.



Venceremos o Neoliberalismo?

Marta Skinner*

■ Refletir sobre o conturbado momento político atual fica incompreensível se não levarmos em conta o movimento simultâneo das determinações geopolíticas e econômicas responsáveis pelas transformações mundiais, nas últimas décadas, em que a dimensão essencial e inovadora da internacionalização capitalista se concentrou principalmente no capital financeiro e na íntima relação entre o poder e as finanças, responsável pela sua universalização, cada vez mais desregulada e globalizada.

Desde a crise de 2008, seguida da crise do euro e dos refugiados na Europa, do Brexit, da ascensão da extrema direita no mundo, do conflito cada vez mais polarizado entre os EUA e China, da ascensão do Irã, em claro confronto com os EUA e Israel, seguida da crise da pandemia e da recente guerra da Rússia contra a Ucrânia, os mapas geopolítico e geoeconômico estão em franca mutação com várias outras incertezas à frente. Também a nossa posição no cenário internacional mudou de forma radical e catastrófica, a partir do golpe de 2016 e, mais ainda, após a chegada da extrema direita ao poder na eleição de 2018.

Frente a esse cenário catastrófico, hoje, ninguém mais tem dúvida que está em curso, em todo o mundo capitalista, um questionamento dos alicerces em que se sustentaram a ordem neoliberal, anunciando a morte da globalização e a chegada de uma nova era protecionista e nacionalista, numa reação contra o movimento internacionalizante que os EUA desencadearam e lideraram a partir da década de 70 do século passado.

Apesar da concepção neoliberal vitoriosa desde os anos oitenta ser a concepção da maior parte dos governos democráticos até os dias de hoje, o neoliberalismo vem mostrando vulnerabilidades e limites, não só conjunturais, como a inflação, a desigualdade, o desemprego, a guerra comercial com a ruptura das ca-

deias globais de produção e comércio, sobretudo de energia, grãos e tecnologias de ponta, decorrentes da pandemia e da guerra na Ucrânia, mas também limites estruturais claros.

O capital tem tido dificuldades de se valorizar. As economias têm crescido lentamente a taxas medíocres e a capacidade de produção das economias ocidentais tem declinado há mais de 40 anos. Nos países centrais, grande parte do excedente de capital é exportada, mas grande parte está capturada nos circuitos financeiros. Esse fenômeno ganhou um impulso extraordinário nos anos 80, mas foi nos anos 90, na gestão Clinton, com a desregulamentação ampla, que a financeirização se acelerou de forma espetacular, levando a várias crises financeiras¹ sendo contemporizadas pela regulação econômica centrada na manipulação da taxa de juros. A taxa de juros passou a ser o instrumento central de regulação frente às instabilidades geradas pela exuberância dos mercados financeiros. Ela ganhou status de política econômica mais importante de qualquer governo. A consequência foi o crescimento exponencial e explosivo dos mercados financeiros, que passou a obrigar os governos a estabilizar de forma mais direta as economias, a cada crise. Em 2008, apesar de todo esse aparato, os mercados financeiros se autodestruíram: 45% da riqueza do mundo literalmente desapareceu em questão de dias. Apesar de ter pouco impacto na economia real, dado que essa riqueza estava presa nos circuitos financeiros, ela tinha importância pela conexão com os fluxos de renda, que servem para validar a riqueza financeira.

A resposta imediata à crise de 2008 foi a política de subsidiar os bancos, deixando clara a centralidade do sistema financeiro para reprodução do capital. Ao demonstrar a prioridade do sistema financeiro frente aos demais, os governos sinalizam que ele representa o centro da economia, reforçando sua hegemonia política que o autoriza alocar os recursos segundo seus interesses. As economias se estabilizaram com taxas bai-



xíssimas de crescimento. Com a pandemia, as mesmas políticas foram adotadas, mas a crise foi de tal ordem que esses recursos já não foram suficientes para conter a retração da demanda e os governos então passaram a entregar dinheiro às grandes corporações, o que seria inconcebível há anos atrás. A estabilização deixou como resultado uma situação de descontrole fiscal e os instrumentos da política monetária perderam sua centralidade, já que a manipulação da taxa de juros não mais conteve os desequilíbrios.

O resultado dessa era acabou criando uma camada de perdedores econômicos, com o processo acelerado de reestruturação e a desindustrialização, criando uma base social bastante insatisfeita com o funcionamento do neoliberalismo, mas com baixa capacidade de articular essa insatisfação. As sociedades se tornaram mais fragmentadas; os sindicatos, as associações comunitárias, todas as formas de coletivização se fragilizaram, com exceção das igrejas associadas ao empreendedorismo individual no Ocidente.

Com o declínio da identidade econômica e social, as pessoas passaram a se identificar a partir da cultura, da religião, da pátria e da raça, esvaziando o debate econômico, já que a democracia neoliberal exclui de consideração possível as políticas econômicas.

Com regras impostas internacionalmente de independência do Banco Central, não há discussão sobre a taxa de juros ou sobre a política fiscal. Isolando-se o debate econômico, o debate político se esvaziou institucionalmente pela percepção de que não há como mudar a política econômica e ela é de suma importância para o bem-estar das pessoas. O vácuo deixado passou a ser ocupado pela religião, pelo racismo, pelo feminismo e pelo nacionalismo da pior espécie. Hoje, pode-se dizer que se tem uma democracia, mas o debate político se tornou cada vez mais tóxico e radicalizado. O resultado é a polarização política particularmente à direita, associadas a crenças e símbolos fora da política, assentada numa base social desorganizada que se informa e se coletiviza através da mídia e das redes sociais. Passa-se a interpretação de que não há defeito no neoliberalismo, o que há são indivíduos tóxicos ao sistema e eles têm que ser removidos para se instalar um sistema político e econômico perfeito. Nessa toada, a atividade política passou a ser operada como uma execução mecânica e cega de regras de ouro impostas pelo capital financeiro com o uso da máquina do Estado para defender a propriedade e não mais para entregar à sociedade serviços públicos de qua-

lidade, somente o aparelhamento policiaisco para controlar as massas insatisfeitas com mais repressão para conter os descontentes.

Chegamos ao ponto de uma completa assimetria entre poder e legitimidade. Já não se encontra legitimidade da produção legislativa, são normas e leis produzidas sem nenhuma afinidade com os anseios populares. Elas são a pura expressão do desejo do mercado. A crescente criminalização da política foi ganhando corações e mentes e abrindo espaço para o aparecimento de lideranças de fora do sistema político, gestores ou representantes do grande capital. Isso foi replicado em várias democracias, fragilizando os direitos e garantias fundamentais que limitavam o sistema político e corroendo a democracia, gerando uma aproximação promíscua entre o poder político e poder econômico.

No entanto, para nossa sorte, a América Latina é um dos poucos lugares do mundo onde a revolta social contra o fracasso da globalização neoliberal vem sendo capitalizada pelas forças progressistas e por coalizões mais à esquerda. No Brasil, a esperança sinalizada pelas pesquisas eleitorais, apesar de apontar para grandes desafios no contexto da crise econômica e de guerra das grandes potências, pode também representar uma janela de oportunidade para avançar na luta para reconstruir, nas frestas da disputa mundial, um projeto independente e soberano em que possamos crescer, protegendo a natureza, a vida e distribuindo renda. O Brasil tem a vantagem da autossuficiência em fontes de energia e em grãos, mas essa longa travessia só será possível se o novo governo progressista for capaz de alterar as estruturas produtivas e de poder, enfrentando a grande resistência de sua classe dominante a qualquer tipo de política redistributiva e a discriminação social que remonta aos anos de escravidão, assim como as práticas deletérias herdadas da longa ditadura militar do século passado.²

** É economista e cientista política, professora aposentada da FCE/Uerj, Ucam, IBMEC e PUC/RJ, ex-diretora da FCE/Uerj e professora do Programa de Pós-Graduação em Comércio Exterior do IE/UFRI.*

1 1994 no México, 1997 na Ásia, 1998 na Rússia e no Brasil, 2001 na Argentina, 2008 nos EUA e 2011 na Europa.

2 Fiori.J.L., O Duplo Movimento e a Conquista da Soberania, 2022





Cadeias produtivas globais no pós-Covid: o caso da indústria de semicondutores

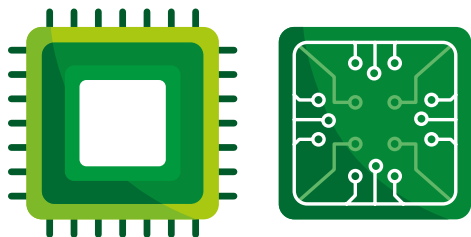
Esther Majerowicz*

■ A pandemia e a Guerra da Ucrânia fizeram da resiliência a palavra de ordem para a busca por reestruturação das cadeias produtivas globais consideradas críticas pelos principais Estados nacionais no pós-Covid. A indústria de semicondutores – estratégica para a economia mundial e para o poderio militar contemporâneo, uma vez que fornece os insumos de alta tecnologia necessários para dotar os eletrônicos, os armamentos e os objetos em geral com capacidades de informação e comunicação –, já era alvo deste processo devido à disputa tecnológica entre China e EUA. Todavia, esta indústria tem visto tal movimento em direção à reestruturação se intensificar no pós-Covid, com o envolvimento de diversos outros *players* neste processo, como a União Europeia, Taiwan, Japão e Coreia do Sul, tendo em vista que em sua cadeia produtiva se acumularam tanto problemas de ordem mais acentuadamente econômica, nomeadamente a escassez de semicondutores na economia mundial, como de ordem geopolítica, dada a centralidade desta indústria na disputa tecnológica.

Do ponto de vista econômico, ao longo da pandemia, a indústria de semicondutores tornou-se um ponto de estrangulamento da oferta mundial, provocando pressões inflacionárias sobre a economia global, particularmente por meio de seu impacto na indústria automobilística. Diferentemente de muitas indústrias que viram sua demanda cair ao longo da pandemia, devido aos *lockdowns* ao redor do mundo para conter a propagação do coronavírus, a indústria de semicondutores experimentou duas importantes fontes de expansão da demanda: o aumento do consumo de eletrônicos, como PCs e *smartphones*, e o ganho de tração na adoção de tecnologias como inter-

net das coisas, *blockchain* e *cloud*. Esse aumento da demanda deu-se em um quadro em que interrupções na produção e na distribuição gestadas pelos *lockdowns* e a reversão, devido à Covid, de algumas decisões de investimentos planejados em nova capacidade produtiva afetaram a oferta. Este conjunto de fatores levou à escassez mundial de semicondutores, atingindo diversas indústrias. A indústria automobilística, particularmente, no início da pandemia havia cancelado suas encomendas de semicondutores e, quando resolveu retomá-las, descobriu que a capacidade produtiva já estava alocada para a indústria de eletrônicos. Operando com o modelo *just-in-time*, sem estoques de semicondutores (que na indústria de eletrônicos tendem a ser de 6 meses), a escassez rapidamente se manifestou em alta de preços e redução da produção.

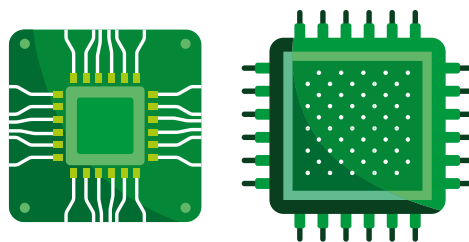
A recuperação pós-Covid não implicou ainda a superação deste gargalo industrial, mesmo que o estrangulamento não se manifeste na produção de todos os tipos de componentes e coexistam falta de semicondutores com excesso em outros subsetores. Por um lado, houve um grande aumento da demanda, ao passo que as decisões de investimentos em novas fábricas para a manufatura de semicondutores (*fabs*) levam alguns anos até que essas estejam operacionais. Diferentemente do que se passa com a taxa de utilização da capacidade produtiva para a economia como um todo, que, como demonstra Vernengo (2022) para a economia americana, permanece relativamente baixa, a indústria de semicondutores parece estar operando no limite de sua capacidade produtiva. De acordo com a ICinsights (2022), no primeiro semestre de 2022, a taxa de utilização da capacidade produtiva na fabricação de semicondutores em muitos fabricantes de dispositivos integrados estava bem acima de 90%, enquanto em muitas fundições (*foundries*) esta taxa se



encontrava acima dos 100%. A esse cenário em que a indústria de semicondutores ainda se coloca enquanto um estrangulamento não superado na oferta global, somaram-se os efeitos da Guerra da Ucrânia sobre sua cadeia de valor, particularmente atingindo a oferta de matérias-primas como o neon e o paládio, gerando maiores pressões inflacionárias de custos.

Atualmente, os prognósticos para a indústria de semicondutores permanecem incertos. Por um lado, diversos *players* planejam expandir substancialmente sua capacidade produtiva – são 92 *fabs* planejadas até 2024 –, sustentados também por massivos incentivos financeiros praticados pelas principais economias produtoras, que buscam expandir a capacidade produtiva em suas fronteiras. Essa expansão de capacidade produtiva, entretanto, encontra seu próprio estrangulamento na produção de chips: faltam chips para a produção de máquinas para a produção de chips, e o tempo de entrega das máquinas para os fabricantes triplicou. Se o estrangulamento impacta agora a produção de máquinas, uma vez que este seja superado, há também o risco de que todas essas plantas planejadas resultem na constituição de excesso de capacidade produtiva na indústria. Por outro lado, do ponto de vista da demanda, o estrangulamento parece ir se dissolvendo, conforme começam a surgir relatos de crescentes estoques em determinados pontos da indústria. Devido aos impactos negativos da crescente inflação e taxa de juros sobre o consumo das famílias, a demanda por semicondutores parece estar arrefecendo com a queda recente da demanda por eletrônicos, em especial os PCs e *smartphones*. A queda da demanda, por sua vez, já tem levado alguns *players* a reverem seus gastos planejados com expansão de capital; entretanto, ainda predominam decisões de expansão da capacidade produtiva.

Nesse já complexo cenário em que a indústria de semicondutores se encontra, as preocupações das principais economias produtoras a respeito da “resiliência” da cadeia de valor global acentuam-se com o aumento das tensões geopolíticas envolvendo Taiwan. Taiwan é sede da principal empresa da manufatura de chips do mundo, a TSMC, e concentra em seu território 92% da capacidade produtiva de ponta. É esta excessiva



concentração espacial da capacidade produtiva mundial em Taiwan face à possibilidade de crescente aproximação e/ou absorção da ilha pela China que preocupa os EUA e seus aliados. Essa percebida vulnerabilidade geopolítica tem gerado uma corrida pela desconcentração espacial da capacidade produtiva manufatureira para fora de Taiwan, tanto unilateralmente, quanto de forma coordenada pelos EUA. Os EUA acabaram de aprovar o *CHIPS and Science Act*, que prevêem 52,7 bilhões de dólares para a pesquisa e desenvolvimento, a manufatura e a qualificação da força de trabalho em semicondutores, sendo a maior parte, 39 bilhões, destinados aos incentivos para a localização de plantas manufatureiras nos EUA. Já a Coreia do Sul prevê o investimento de 450 bilhões na manufatura de chips nos próximos dez anos, ao passo que a União Europeia estima investimentos de 43 bilhões de euros. Do ponto de vista multilateral, os EUA vêm realizando parcerias com os europeus e outros aliados asiáticos, como o Conselho EUA-União Europeia de Comércio e Tecnologia e o Quadro Econômico Indo-Pacífico, além das emergentes sinalizações para a formação do *Chip 4 Alliance* com o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan, excluindo a China. A China, por sua vez, tem destinado vultosos recursos para as diferentes etapas produtivas da indústria de semicondutores desde 2014, com a previsão de atingir 150 bilhões de dólares em 2030, buscando aumentar a localização da indústria no país.

A corrida pela desconcentração espacial da manufatura de semicondutores, todavia, não sana, de fato, a questão da “resiliência”, uma vez que esta indústria continua a ter grande dependência em um punhado de empresas-chave ao longo da cadeia de valor global. O rápido progresso técnico e a grande complexidade tecnológica adquirida pelos processos

produtivos na indústria de semicondutores e das máquinas para a produção de semicondutores resultaram em grande concentração industrial em distintos pontos da cadeia, de forma que apenas algumas poucas empresas, em alguns casos somente uma ou duas, conseguiram manter-se a par do ritmo do progresso técnico. A TSMC, na manufatura, é uma manifestação deste processo, mas está longe de ser a única. As europeias ASML e Zeiss, por exemplo, têm papel ímpar na litografia e na produção de lentes e espelhos, respectivamente. Distintas empresas americanas provedoras de máquinas também, como a Applied Materials e a Lam Research, assim como aquelas situadas no fornecimento de *software* para o design de semicondutores. Nas atividades intensivas em pesquisa e desenvolvimento, na indústria de equipamentos para a manufatura de semicondutores e na manufatura de semicondutores, os núcleos-chave nos quais essa cadeia é concentrada são controlados pelos EUA e seus aliados militares, nomeadamente Europa, Japão, Coreia do Sul e Taiwan, sobre os quais os EUA ainda mantêm grande poder de enquadramento. Portanto, não se trata propriamente de garantir a “resiliência” dessa cadeia de valor global, mas de mitigar o risco geopolítico colocado pela questão de Taiwan ao controle direto e indireto dos EUA sobre a cadeia de valor global. Onde há o casamento da grande concentração industrial com o assegurado controle direto ou indireto americano, a “resiliência” deixa de ser a palavra adequada, ainda que os fluxos de mercadorias sejam recorrentemente interrompidos e perturbados de forma proposital pelos EUA por meio de suas sanções econômicas, inclusive enquadrando seus aliados, contra seus adversários, notadamente a China e a Rússia.

ICinsights. Semi Capex on Pace For 21% Growth to \$185.5B This Year. Research Bulletin, August 23, 2022. Disponível em: <https://www.icinsights.com/news/bulletins/Semi-Capex-On-Pace-For-21-Growth-To-1855B-This-Year/>
Vernengo, Matias. The Inflationary Puzzle. Catalyst 5(4), 2022. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/catalyst-vernengo-2022.pdf>

* É professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRN. Coordena o Grupo de Economia Política do Desenvolvimento nesta mesma universidade.